



Índice

- 01** Evento e Exposição: "Nhande kuery São Paulo Pygua – Os Guarani da cidade de São Paulo"
- 02** Saúde Indígena: Aldeia Panambizinho, Dourados, MS, espera há quatro anos que recursos sejam usados em Posto de Saúde
- 03** 14 de Março: Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, Pelos Rios, Pela Água e Pela Vida
- 04** Mulheres do Tapajós discutem violações de direitos
- 05** Usina que derramou toneladas de resíduos no rio Mogi-Guaçu tem 15 dias para apresentar projeto de recuperação ambiental
- 06** Justiça suspende sentença que declarou povos indígenas inexistentes
- 07** Moradores são capacitados para monitorar qualidade da água no PA
- 08** Índia baiana ganha prêmio nacional como empreendedora
- 09** Enfam firma parceria com MPU para aprimorar qualificação da comunidade jurídica
- 10** Funai não é responsável por conflito interno de comunidade indígena
- 11** Capacitação visa reduzir mortalidade infantil em distritos indígenas
- 12** Justiça suspende 500 processos para exploração em áreas indígenas do AP
- 13** Paraíba do Sul será bombeado para amenizar seca na Lagoa Campelo



- 14 DSEI Porto Velho promove oficina de Assistência Farmacêutica
- 15 Canoa indígena construída em 1610 é encontrada em Minas Gerais
- 16 Justiça suspende sentença que declarou inexistentes etnias Borari e Arapium e Terra Indígena Maró
- 17 MPF/AP: Justiça Federal proíbe exploração de minério em terras indígenas do Amapá
- 18 Foirn encerra curso de gestão territorial e ambiental em São Gabriel da Cachoeira (AM)
- 19 Índios ianomâmis clamam por melhorias no Amazonas
- 20 RR – Seletivo para professor já tem mais de 1.600 inscritos. Há 353 vagas para área indígena
- 21 Moradores do Parque Memorial Quilombo dos Palmares-AL terão casas na região central do município de União
- 22 Condisi Litoral Sul discute regimentos das Casais de São Paulo e Curitiba
- 23 DSEI Xavante realiza importantes aquisições para reestruturar serviços na ponta
- 24 Rio Madeira chega próximo dos 17m e já espanta moradores e comerciantes
- 25 Subsecretaria fará levantamento de comunidade quilombola em Bataguassu
- 26 Vale Universidade Indígena abre inscrições para 174 vagas em MS
- 27 Prefeitura vai reforçar e ampliar atendimento às famílias ribeirinhas do Pantanal
- 28 Governo lança projeto de apoio a quilombolas em Cachoeira

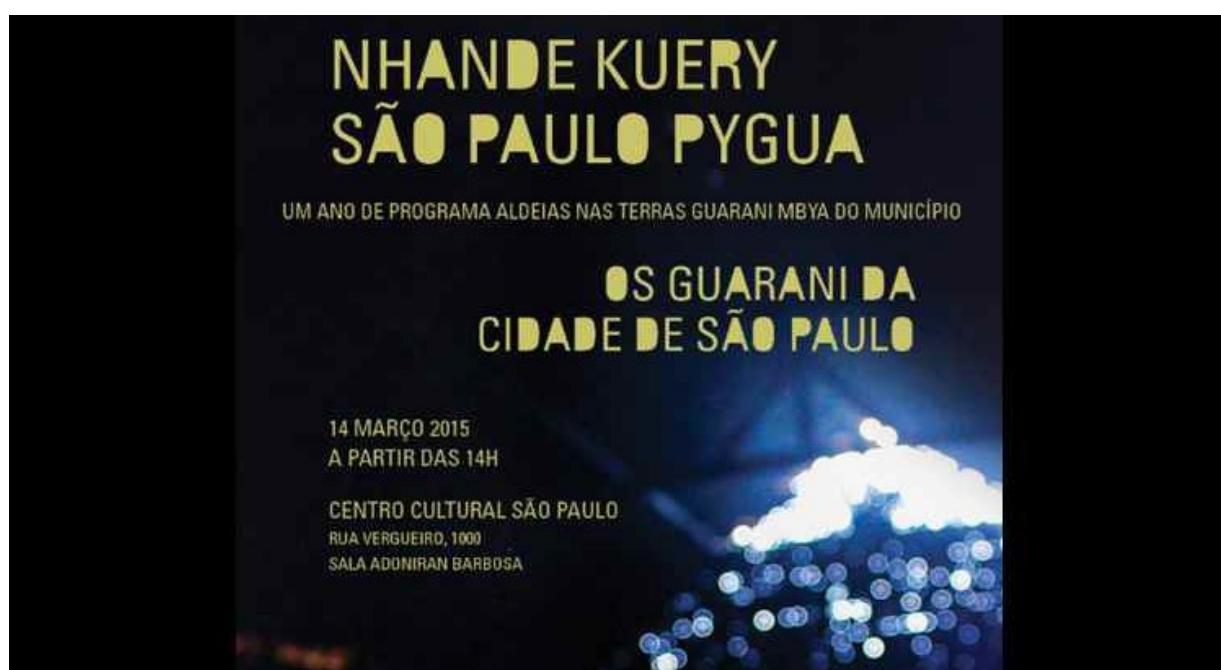


Boletim de Notícias - Edição nº 41/2015

Brasília, 06 de março de 2015.

Evento e Exposição: "Nhande kuery São Paulo Pygua – Os Guarani da cidade de São Paulo"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2015



Centro de Trabalho Indigenista

No sábado, 14/03, a partir das 14h, a exposição "Nhande Kuery São Paulo Pygua – Os Guarani da cidade de São Paulo" leva ao CCSP um pouco do dia a dia das aldeias Guarani próximas ao maior centro urbano do continente.

Os Guarani que vivem em aldeias no Município estarão no Centro Cultural São Paulo, no dia 14 de março, a partir das 14h, para comemorar um ano do Programa Aldeias, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

Nesta primeira fase, em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), foram realizadas diversas ações de valorização cultural e fortalecimento político nas aldeias guarani do Jaraguá e de Parelheiros. A exposição contará com vídeos e fotografias das atividades realizadas através do Programa, além de apresentações de canções e danças tradicionais. Também será apresentada uma coleção de três DVDs com produções guarani organizada pelo Programa.

CONT.



A partir das 18h30, após a exibição de vídeos, haverá uma roda de conversa com lideranças guarani e representantes da SMC e do CTI sobre o Programa Aldeias, a experiência desse primeiro ano e as expectativas para o futuro.

● DIA 14 DE MARÇO DE 2015 – SÁBADO – NO CENTRO CULTURAL SÃO PAULO – DAS 14h às 21h, SALA ADONIRAN BARBOSA. Rua Vergueiro, 1000.

● Fala das autoridades e roda de conversa: 18h30

Contatos para imprensa:

David Martim: (11) 94696-2786

Lucas Keese: (11) 98931-2601

Rafael Nakamura: (11) 97394-5670

Vinicius Toro: (11) 95357-9801

Sobre o Programa Aldeias:

O Programa Aldeias representa um novo momento das políticas públicas voltadas aos povos indígenas em São Paulo. Os principais objetivos deste Programa são a valorização e o fortalecimento das expressões culturais tradicionais do povo Guarani e o apoio à sua participação nas decisões políticas que lhes dizem respeito.

Fruto do amadurecimento do diálogo da Secretaria Municipal de Cultura com as comunidades Guarani Mbya da cidade de São Paulo, por meio do Núcleo de Cidadania Cultural e de convênio com o Centro de Trabalho Indigenista, o Programa Aldeias completa um ano em 2015. Durante este período, diversas ações foram executadas, tais como: o fomento e transmissão de práticas e conhecimentos tradicionais, formação audiovisual, apoio aos plantios, ações de gestão e proteção territorial.

De maneira inovadora, o planejamento e execução das diversas ações do Programa foram organizadas e realizadas pelas próprias comunidades Guarani, através de seu Conselho de Lideranças e da equipe de agentes culturais indígenas. Desta forma, o Programa Aldeias se insere dentro de um princípio de consolidação de políticas públicas que privilegia e promove o respeito ao protagonismo e à autonomia das comunidades Guarani, valorizando sua cultura e seu território como componente fundamental da cidade de São Paulo.

Sobre os Guarani e suas Terras em São Paulo:

Na Grande São Paulo vivem cerca de 3000 índios guarani, em aldeias localizadas em duas regiões distintas: o Extremo Sul e o Pico do Jaraguá.

CONT.



Na década de 1980, foram reconhecidas três áreas de ocupação tradicional do povo guarani na capital paulista, mas a extensão dessas áreas foi sempre insuficiente para a reprodução física e cultural das comunidades, pois nesse período, anterior à Constituição de 1988, os Guarani eram taxados preconceituosamente de nômades ou aculturados, sem direito à terra.

Foi sob forte pressão política contrária que foram demarcadas as Terras Indígenas Guarani da Barragem, com 26,3 ha, Guarani do Krukutu, com 25,9 ha e Jaraguá, com 1,7 ha, sendo essa última a menor área indígena reconhecida no país, onde habitam entorno de 700 pessoas com apenas 1,7 ha regularizado (mais de 500 indivíduos por ha!), configurando uma das situações mais dramáticas de desrespeito aos direitos indígenas no país.

Desde então, os Guarani tem lutado para ver os limites reais de sua ocupação tradicional reconhecidos, com as áreas que incluíssem antigas aldeias, trilhas de coleta, e caminhos de ligação às outras aldeias na baixada santista.

Em 2012, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI aprovou relatório que descreve a área da ocupação tradicional dos Guarani no Extremo Sul da Grande São Paulo, reconhecendo a Terra Indígena Tenondé Porã, com cerca de 15.969 ha, e abrangendo as antigas áreas da Barragem e do Krukutu, reconhecidas na década de 1980 (Ver resumo publicado no Diário Oficial da União). E em 2013, por sua vez, a FUNAI aprovou relatório que descreve os reais limites da ocupação tradicional dos Guarani na região do Pico do Jaraguá, reconhecendo a Terra Indígena Jaraguá, com cerca de 532 ha (Ver resumo publicado no Diário Oficial da União).

Apesar de viverem muito próximos à maior mancha urbana do continente, os Guarani de São Paulo praticam seus rituais tradicionais e mantém viva sua língua – a maioria das crianças e mais velhos não falam o português.

Os Guarani hoje lutam para terem seus direitos territoriais reconhecidos, e que seu idioma e suas expressões culturais sejam celebrados como parte constitutiva e significativa da diversidade cultural paulistana.

Saúde Indígena: Aldeia Panambizinho, Dourados, MS, espera há quatro anos que recursos sejam usados em Posto de Saúde
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2015



No dia 13 de outubro de 2011, o Jornal Nacional divulgava reportagem feita em Dourados, Mato Grosso do Sul, com o subtítulo "Equipe foi até Dourados investigar onde foi parar o dinheiro enviado pelo Governo Federal para os postos de saúde da reserva indígena". O texto e o vídeo feitos então podem ser acessados [AQUI](#). O depoimento e as fotos abaixo, cuja autoria foram omitidas, são de hoje e mostram, além do total desrespeito aos Guarani e Kaiowá, igual descaso com o dinheiro público. Vergonha! (Tania Pacheco)

"Quatro anos se passaram desde que estive em Dourados/MS, mais precisamente nas aldeias Jaguapiru e Bororo, a Equipe do JN, para averiguar o descaso com relação à saúde indígena, principalmente quanto à aplicação de recursos federais que estavam parados nas contas da Prefeitura Municipal, enquanto a equipe de saúde indígena atendia os pacientes em ambientes improvisados e inadequados, sem as mínimas condições sanitárias, oferecendo riscos aos profissionais de saúde e aos usuários.

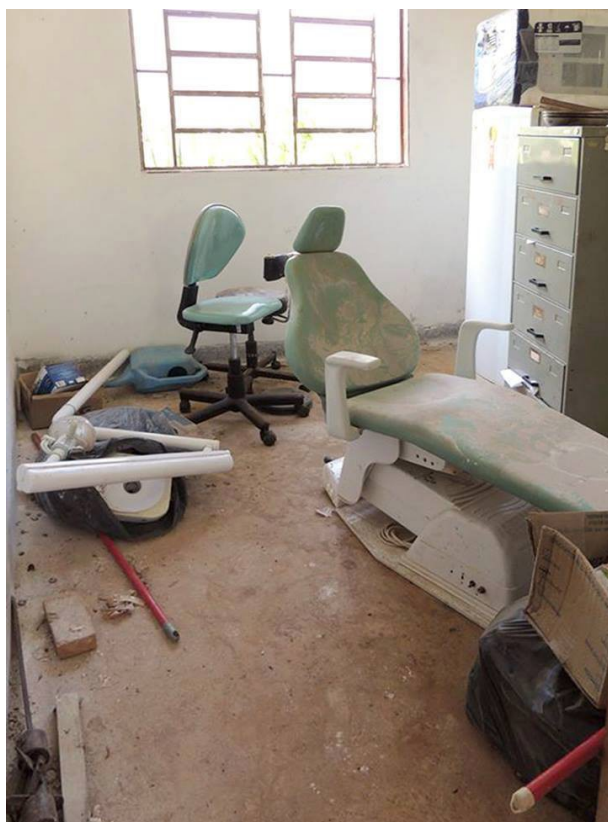
CONT.

Dos valores parados, que na ocasião totalizavam R\$1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais), cuja aplicação em obras havia sido pactuada entre a gestão municipal, SESAI e lideranças indígenas, parte ainda não saiu do papel e/ou não foi concluída, se arrastando até hoje essa novela.

Dentre as ações previstas estão reformas e ampliação de 05 Unidades de Saúde. Dessas, três foram efetuadas (diga-se de passagem, obras e materiais de péssima qualidade) e duas se encontram paralisadas, abandonadas, sem a conclusão dos serviços. Isto acarreta uma série de transtornos aos profissionais de saúde e à comunidade indígena. Total descaso!!!

Em situação pior se encontra a comunidade da aldeia Panambizinho, onde só há 01 Posto de Saúde, o qual teve as obras iniciadas e paralisadas faz mais de dois anos. Os materiais, equipamentos e prontuários estão amontoados em meios a poeira, sujeira, materiais da obra e entulhos da reforma. Enquanto isso, os pacientes de toda a aldeia continuam sem um local adequado para receber atendimento das equipes de saúde. A situação é inaceitável!

Perguntamos: Quem é o responsável por este descaso???



Sala do dentista com o material e cadeira estragando



Balanças de adulto e bebê, foco ginecológico e inalador jogados e se perdendo com a reforma que não acaba nunca

Foto em Destaque: Compressor do dentista e sanitários jogados com portas e janelas. Não há portas e janelas no posto.



Boletim de Notícias - Edição nº 41/2015

Brasília, 06 de março de 2015.

14 de Março: Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, Pelos Rios, Pela Água e Pela Vida

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2015



O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) convoca e anima todas as organizações, pastorais, redes, ativistas e movimentos sociais a se somarem nas mobilizações que marcarão o Dia Internacional de Lutas Contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela vida, na semana de lutas do 14 de março.

Esta data foi definida em 1997, durante o 1º Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens que aconteceu no Brasil e, desde então, populações atingidas por barragens do mundo inteiro denunciam o setor elétrico que, historicamente, tem causado graves consequências sociais, econômicas, culturais e ambientais.

A energia se tornou um elemento central na retomada da produção e apropriação capitalista. E toda a cadeia produtiva da energia elétrica, desde a construção de hidrelétricas até a geração, transmissão e distribuição da energia, se transformou em fonte de elevada lucratividade e de intensa disputa, o que caracteriza um verdadeiro assalto aos nossos recursos naturais de base produtiva abundante.

CONT.



Cada vez mais nosso compromisso é de nos organizarmos e de nos inserirmos nas lutas contra as transnacionais que se apropriam de nossa riqueza, pelos direitos dos trabalhadores, na defesa dos rios, da água e da vida. As manifestações da semana do 14 de março serão realizadas para pedir solução para a enorme dívida social e ambiental deixada pelas usinas já construídas, para fortalecer a luta por outro modelo energético e para avançar nas ações conjuntas entre os trabalhadores do campo e da cidade.

Portanto, reforçamos a importância da unidade na luta entre os povos e as diversas organizações, fortalecendo o internacionalismo contra o projeto do capital, numa luta que não é apenas da população atingida pelos lagos, pois todo o povo é atingido pelas altas tarifas da energia, pela privatização da água e por um golpe reacionário da direita que quer derrubar as conquistas dos trabalhadores e se aprofundar no controle e domínio de nossas riquezas naturais estratégicas, como é o petróleo.

Por fim, reforçamos a convocação para que todos e todas participem de grandes jornadas de lutas no Brasil, na América Latina e no mundo neste 14 de março. Devemos, mais do que nunca, nos manter firmes e organizados para dar continuidade na luta local, nacional e internacional, organizando os atingidos por barragens, os trabalhadores da energia e toda a classe trabalhadora.

Porém, nossas lutas deverão ir para além desta data, elas devem ser permanentes, contra as empresas transnacionais privatistas e rentistas, contra os altos preços das tarifas de energia, onde a água e a energia não sejam mercadorias e a riqueza gerada esteja sobre o controle popular.

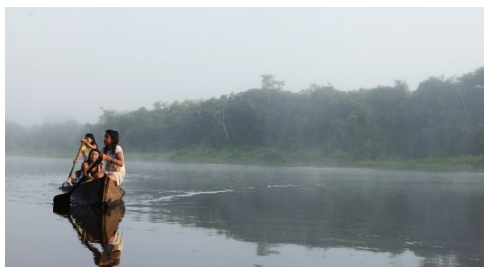
Água e energia não são mercadorias!



Mulheres do Tapajós discutem violações de direitos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2015

MAB – Acontece no próximo sábado (7 de março) o Seminário “As violações dos direitos das mulheres no processo de construção de barragens no Tapajós”, em Itaituba. A atividade deve reunir 120 mulheres ribeirinhas, indígenas, agricultoras e trabalhadoras urbanas.



Na atividade vai acontecer o lançamento do Projeto “Direitos das Mulheres Atingidas por Barragens”, uma parceria entre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a entidade de cooperação Christian Aid, com apoio da União Européia. O objetivo de fortalecer a organização das mulheres na defesa de seus direitos no contexto de ameaça de construção das barragens do Complexo Tapajós e outras grandes obras, como portos para escoamento de grãos.

“Nosso objetivo é articular as diversas organizações das mulheres do Tapajós para refletir sobre os problemas que nos afetam e construir uma pauta de reivindicações conjunta”, afirma Raione Lima, coordenadora do MAB na região.

O seminário ocorrerá na Barraca de Eventos Culturais (Orla da cidade), das 8:30 às 17:00. A programação da atividade é composta de painéis temáticos como políticas públicas, violência contra as mulheres e impacto dos grandes projetos e encerrará com uma caminhada pelas ruas de Itaituba (veja abaixo programação).

A atividade é organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Grupo de Apoio à Mulher Itaitubense (GAMI), Colegiado da BR 163 (Codeter), ROTARY Clube de Itaituba, Associação dos Filhos de Itaituba (Asfita) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba.

Programação

- ☐ Tema 1 – Impactos dos grandes projetos na vida da Mulher da Região do Tapajós;
- ☐ Tema 2 – Políticas Públicas para as Mulheres do Campo e da Cidade;
- ☐ Tema 3 – Violência contra a Mulher;
- ☐ Tema 4 – Debate sobre a construção das pautas das mulheres.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 41/2015

Brasília, 06 de março de 2015.

- Lançamento do Projeto: Direitos das Mulheres Atingidas por Barragens;
- Caminhada pela vida e pelo fim da violência contra as Mulheres;
- Encerramento: Lanche, Bingo e Sorteio de Brindes.

Data: 07 de março de 2015

Concentração: Barraca de Eventos Culturais (Orla da cidade)

Horário: 8:30 às 17:00

Mais informações: (93) 99205 -9765 – mabtapajos@hotmail.com



Usina que derramou toneladas de resíduos no rio Mogi-Guaçu tem 15 dias para apresentar projeto de recuperação ambiental

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2015

Decisão do TRF-3 atende a pedido do MPF em São Carlos; acidente provocou a morte de pelo menos 30 espécies de peixes e prejudicou comunidades ribeirinhas

MPF/SP

A Usina Santa Rita S/A – Açúcar e Álcool deverá, em até quinze dias, apresentar um projeto de recuperação ambiental da área afetada pelo derramamento de toneladas de resíduos industriais no leito do rio Mogi-Guaçu, no interior de São Paulo, em outubro de 2013. A medida foi determinada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que atendeu ao pedido feito pelo Ministério Público Federal em São Carlos. O vazamento provocou a morte de pelo menos 30 espécies de peixes, além de prejudicar comunidades ribeirinhas que vivem da pesca.

O acidente foi causado pelo rompimento da contenção de uma lagoa de decantação de resíduos industriais que pertencia à empresa, no município de Santa Rita do Passa Quatro. A poluição atingiu cerca de 110 quilômetros de extensão, afetando inclusive cidades vizinhas. A grande quantidade de material orgânico derramada levou à queda abrupta da oxigenação da água e à consequente morte de um número incomensurável de peixes, entre eles os da espécie peixe-sapo, que corre risco de extinção. O acidente também prejudicou severamente o ciclo reprodutivo dos animais, que estavam em período anterior ao de desova, e causou desequilíbrios ambientais em toda a região.

Segundo inspeção realizada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a usina foi negligente, pois não realizou a manutenção periódica e a remoção de sedimentos dos tanques de armazenamento de resíduos, o que provocou a sobrecarga e o consequente rompimento da contenção. No entanto, o desembargador Federal Johnson de Salvo ressaltou em sua decisão que, segundo a Lei nº 6.938/1981, em casos de dano ambiental, o poluidor é obrigado a recuperar os prejuízos causados ao meio ambiente independentemente da existência de culpa.

RECURSO. O MPF havia ajuizado ação civil pública contra a usina em novembro do ano passado, mas os pedidos em caráter liminar foram negados pela Justiça Federal. Por conta disso, a Procuradoria recorreu da decisão ao TRF-3 para que a empresa fosse obrigada a elaborar, apresentar e executar um projeto de recuperação ambiental da área degradada, sob acompanhamento e aprovação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O plano deverá incluir lagoas marginais e áreas de preservação permanente afetadas, como os Parques Estaduais Vassununga e de Porto Ferreira e a Estação Ecológica de Jataí.

CONT.



Após a decisão em segunda instância, a usina também terá que adotar medidas de prevenção, como a desativação do sistema de recirculação de efluentes líquidos com lagoas naturais e a instalação de dispositivos para contenção de vazamentos. Tais ações deverão ser acompanhadas e aprovadas pela Cetesb. A empresa receberá multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento. A ação civil pública é de autoria do procurador da República Ronaldo Ruffo Bartolomazi.

O número do procedimento é 0002219-61.2014.4.03.6115. A Usina Santa Rita S/A – Açúcar e Alcool também responde à denúncia do MPF, sob o número 0000129-46.2015.4.03.6115. Para consultar a tramitação dos processos, acesse [AQUI](#).



Justiça suspende sentença que declarou povos indígenas inexistentes

SÍTIO globo.com, 05.03.2015

*MPF havia apelado da decisão. Caso será julgado no TRF da 1ª Região.
Juiz havia decidido que área é formada por ribeirinhos, e não índios.*

A Justiça Federal suspendeu a sentença que declarou inexistentes os povos indígenas das etnias Borari e Arapium, que moram no Maró, região do rio Arapiuns, em Santarém, oeste do Pará. A decisão, assinada pelo juiz Érico Freitas Pinheiro, é do dia 13 de fevereiro. Em dezembro de 2014, o juiz federal Airton Portela afirmou, em sentença, que os moradores da área eram formados por falsos índios, sendo estes, na verdade, povos tradicionais ribeirinhos.

O Ministério Público Federal (MPF) havia apelado da decisão em fevereiro. O juiz Érico Freitas Pinheiro recebeu com efeito suspensivo a apelação, que pede a reforma total da sentença e o reconhecimento dos direitos territoriais dos índios. A suspensão vai vigorar até que o caso seja julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Na prática, com isso, fica mantida a delimitação da Terra Indígena Maró e a proibição da entrada de madeireiros.

De acordo com o MPF, a sentença do juiz federal Airton Portela, que negou o direito de autorreconhecimento dos povos indígenas, é "controversa". Com a sentença, o juiz decretou que os povos, há anos em conflito com madeireiros e com as terras já delimitadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), são formados por "falsos índios" e, por isso, não teriam direito ao território e a delimitação teria de ser anulada.

Ainda segundo o MPF, "a sentença foi publicada algumas semanas depois de uma operação de fiscalização realizada pelo MPF, Funai e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que embargou todas as permissões para exploração madeireira que incidiam sobre a terra indígena. Um relatório técnico de vistoria feito pelo Ibama também comprova a presença e o interesse dos madeireiros na terra indígena, oferecendo máquinas e combustível para lideranças comunitárias em troca de apoio no processo contra os indígenas".



Moradores são capacitados para monitorar qualidade da água no PA

SÍTIO GLOBO.COM, 06.03.2015

Ação faz parte do I Ciclo de Oficinas de Jornalismo Cidadão e Tecnologias. Capacitação segue até sábado (7), em Santarém.

Um projeto denominado Info Amazônia está capacitando moradores de comunidades ribeirinhas para monitorar a qualidade da água na região. A ação faz parte do I Ciclo de Oficinas de Jornalismo Cidadão e Tecnologias Livres, que está sendo promovido pelo Projeto Saúde e Alegria, em parceria com a Rede de Notícia Digital Info Amazônia e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), em Santarém, oeste do Pará.

A programação do I Ciclo de Oficinas de Jornalismo Cidadão e Tecnologias Livres continua até sábado (7), em Santarém. O objetivo é trocar experiências sobre os temas e mobilizar pessoas para participar da iniciativa piloto de monitoramento da qualidade da água, previstas para ser implantado em julho desse ano no município.

De acordo com o Técnico de Educação do Projeto Saúde e Alegria, Juscelino Filho, a importância desse trabalho é capacitar os comunitários para que possam desenvolver um trabalho eficiente e de qualidade. "Os técnicos vão instalar sensores em comunidades ribeirinhas em Belterra e Santarém, para fazer a análise da água. Essas pessoas que estão sendo capacitadas, esses jovens e comunitários, vão enviar informações da sua realidade local, do seu meio ambiente", explica.

Segundo o técnico do Info Amazônia, Ricardo Guimarães, o monitoramento será através de um sensor, que vai possibilitar a análise física, biológica e química da água. "Esse sensor vai ser instalado em alguns reservatórios para medir alguns parâmetros que busca equivaler os níveis de qualidade da água. Com essas informações, um servidor da Rede Info Amazônia vai tratar esses dados e vai criar um índice sobre a qualidade da água. Quando um sensor acusar que a gente está com uma análise de risco, é feita uma análise laboratorial mais específica", completa.

O membro da Resex, Valter Oliveira, acredita que o projeto vai contribuir para a qualidade de vida dos ribeirinhos e para os que já atuam na área da comunicação. "Estamos buscando informações para melhorar também as informações do jornal e das reportagens de televisão que são aqueles vídeos que mandam para o projeto e para o canal de rádio nas comunidades. Para nós que trabalhamos no jornalismo comunitário, essas palestras vão fazer com que haja uma melhora no segmento", conclui.

O projeto Info Amazônia atua com jovens da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (Resex) e Floresta Nacional do Tapajós (Flona). Além do monitoramento, as oficinas estão abordando a produção de conteúdos jornalísticos, como a construção de pauta, cobertura em dispositivos móveis, produção e edição de conteúdo multimídia, como vídeos, fotos, mapas, transmissões ao vivo e publicação para web.



Índia baiana ganha prêmio nacional como empreendedora

SÍTIO TRIBUNA DA BAHIA, 06.03.2015

A baiana Luena Maria Ferreira dos Santos recebeu com entusiasmo, na tarde desta quinta-feira, dia 5, a notícia de que é uma das três vencedoras do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios - ciclo 2014, na categoria Produtora Rural. "É ótimo saber que venci. Recebo esse prêmio como mais um incentivo para continuar o trabalho", comemorou a índia e empreendedora, representada na cerimônia de premiação, em Brasília, por uma das colegas da Associação dos Pescadores Indígenas Pataxós de Coroa Vermelha.

O relato da empreendedora concorreu com outras 26 histórias de todo o país, na mesma categoria, que ganharam nas respectivas etapas estaduais. Além do Troféu Bronze de vencedora nacional, Luena receberá uma viagem para capacitação em um evento de mercado, no segmento de empreendedorismo e/ou gestão empresarial, em data e local a serem informados.

Especializada na gestão financeira de projetos de pesca ligados à aldeia na qual vive, a índia conta que sempre gostou de trabalhar e frequentar cursos e workshops, mesmo a contragosto do pai. "Ao todo, tenho sete cursos diferentes no meu currículo em várias áreas, entre elas, administração, contabilidade, motores, GPS", contabiliza.

No total, 81 histórias de empreendedorismo feminino disputaram a etapa nacional da premiação, nas categorias Pequenos Negócios, Microempreendedora Individual e Produtora Rural. A Bahia foi representada respectivamente pelas empreendedoras Maria de Lourdes Acedo, Flavia da Silva Oliveira e a vencedora Luena dos Santos.

Para a gerente de Atendimento Individual do Sebrae Bahia, Fernanda Gretz, a conquista foi resultado de uma melhoria na qualidade dos relatos. "As mulheres estão também entendendo melhor a oportunidade que essa premiação dá para visibilidade dessas empreendedoras".

As inscrições para a edição de 2015 do Mulher de Negócios começam neste 8 de março e seguem até o final de julho por meio do site do prêmio. Podem se candidatar empreendedoras com mais de um ano de atividade fiscal, idade acima de 18 anos e que não ultrapassem o faturamento anual de R\$ 3,6 milhões. O Prêmio Sebrae Mulher de Negócios é realizado em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e a Federação das Associações de Mulheres de Negócios Profissionais do Brasil (BPW).



Enfam firma parceria com MPU para aprimorar qualificação da comunidade jurídica
SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 06.03.2015

Agência STJ

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) firmaram acordo de cooperação com o objetivo de estabelecer parceria em ações de treinamento, desenvolvimento e educação. O primeiro desdobramento dessa parceria é a instituição de grupo de trabalho para desenvolver programa de formação complementar sobre povos indígenas no âmbito da Enfam.

O diretor-geral da Enfam, ministro João Otávio de Noronha, assinou o acordo juntamente com o diretor-geral da ESMPU, procurador da República Carlos Henrique Martins Lima. Na ocasião, o ministro também assinou a Portaria 9 da Enfam, que instituiu o grupo de trabalho sobre os povos indígenas. O grupo será coordenado pela subprocuradora-geral da República Deborah Duprat.

Para o ministro Noronha, o acordo permitirá otimizar os recursos públicos por meio da realização de eventos em conjunto. "Com essa parceria esperamos aprimorar a qualificação da comunidade jurídica do MPU e da magistratura", afirmou.

Para Carlos Henrique Martins Lima, o acordo possibilita aproximação entre as instituições para que o trabalho desenvolvido tenha mais efetividade. "A ideia é aproximar as instituições e trazer soluções nos vários campos de atuação", disse, acrescentando que o trabalho sobre a questão indígena apresentará resultados concretos em breve.

Representando o Conselho Nacional de Justiça, a conselheira Fonseca Frischeisen destacou a importância da iniciativa das duas instituições para o aprimoramento da atuação da magistratura nacional.

Interesse comum

O acordo de cooperação prevê o desenvolvimento de atividades acadêmicas de interesse comum, a formação de grupos de estudo conjuntos e a participação de membros do Ministério Público da União (MPU) em treinamentos oferecidos pelas instituições coordenadas pela Enfam, bem como a de membros do Judiciário nos treinamentos oferecidos pela ESMPU.

A coordenadora do grupo de trabalho sobre a temática indígena, Deborah Duprat, já conduz trabalho nessa área na Procuradoria-Geral da República. Ela destacou a importância do debate sobre a temática indígena para o Ministério Público e o jurisdicionado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 41/2015

Brasília, 06 de março de 2015.

“Esses cursos de atualização são extremamente importantes, sob pena de estarmos descolados da sociedade a quem devemos prestar contas”, afirmou. A subprocuradora-geral anunciou que o assunto será discutido neste semestre em evento previsto para ocorrer em Belém e em workshop na Universidade de Brasília (UnB).



Funai não é responsável por conflito interno de comunidade indígena

SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 06.03.2015

Compete à Fundação Nacional do Índio administrar e intermediar conflitos entre os diversos grupos indígenas. Esta tutela, entretanto, não gera, por si só, a responsabilização civil por danos ocorridos na relação pessoal entre índios ou mesmo dentro da comunidade. Afinal, o poder de polícia que lhe é conferido não abarca o policiamento ostensivo das comunidades indígenas. A fundamentação, baseada na jurisprudência, fez o Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmar sentença que negou pedido de dano moral manejado por uma índia que teve a mão decepada durante briga ocorrida na Comunidade Indígena Toldo Chimbanguê, localizada em Chapecó (SC).

A índia ferida era esposa do ex-cacique. Ela e o marido estavam banidos da aldeia caingangue após briga com o cacique recém-eleito e aguardavam decisão judicial de reintegração de posse para voltarem. O conflito ocorreu nos festejos do Dia do Índio, em abril de 2012, quando o casal insistiu em participar da festa.

Ela ajuizou ação na Justiça Federal de Chapecó contra a Funai, pedindo indenização por danos morais e estéticos e pensão mensal vitalícia, alegando que teve sua capacidade de trabalho reduzida e que a Funai seria responsável por não ter oferecido lhe proteção e segurança.

Como ação foi julgada improcedente, a autora recorreu ao tribunal. Segundo o relator do processo, desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, da 3ª Turma, a Funai é responsável pela administração e intermediação dos conflitos entre os diferentes grupos indígenas, não podendo ser responsabilizada por briga dentro de um mesmo grupo, da qual nem mesmo tinha conhecimento.

"A Funai não é seguradora universal de danos sofridos por indígenas. Sua responsabilidade, seja objetiva ou subjetiva, não tem este alcance, estando ausente nesse caso o nexo causal e a culpa. O fato de exercer o poder de polícia nas aldeias não a torna responsável por quaisquer ilicitudes ocorrentes nas comunidades", concluiu, citando trecho da sentença. (Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4).

Clique [aqui](#) para ler o acórdão.



Capacitação visa reduzir mortalidade infantil em distritos indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 06.03.2015

Profissionais que atuam em Distrito Sanitário Especial Indígena participaram de um curso sobre Doenças Prevalentes na Infância

Médicos e enfermeiros do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Solimões participaram, na última semana, de uma capacitação em Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI).

A iniciativa é uma estratégia da Organização Mundial da Saúde (OMS) adotada pelo Ministério da Saúde que visa uma melhor eficácia no primeiro nível de atendimento e, consequentemente, a redução da mortalidade infantil.

A atividade foi a primeira de quatro capacitações que ocorrerão no primeiro semestre de 2015 para 80 profissionais, sendo 60 do DSEI e 20 dos municípios que são referências para os Polos Base do distrito: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Tonantins.

Segundo a enfermeira do DSEI Alto Rio Solimões, Isabela Resende Pereira, em média, são atendidas 4.200 crianças no Distrito, principalmente por problemas de infecção respiratória, pneumonia, diarreia e agravos nutricionais. "As crianças são atendidas e acompanhadas pela equipe do Polo Base e, quando necessário, são encaminhadas ao município de referência", explica a enfermeira.

Neste primeiro encontro, realizado em Santo Antônio do Içá, os participantes aprenderam sobre a atenção integral a crianças de dois meses a cinco anos. As próximas capacitações estão programadas para: Benjamin Constant (23 a 28/03), São Paulo de Olivença (13 a 18/04) e Tabatinga (25 a 30/05). Após o término de cada ação será feita uma visita para verificar a aplicabilidade da estratégia em área.

"As metas e objetivos foram alcançados e 95% dos participantes foram aprovados. Esperamos que os profissionais coloquem em prática o que foi repassado a eles, com o objetivo de oferecer uma atenção integrada e qualificada às crianças menores de cinco anos", concluiu Isabela.

Facilitadores

Profissionais da Divisão de Atenção à Saúde Indígena (DIASI) do DSEI Alto Rio Solimões foram capacitados pelo Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) no mês de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 41/2015

Brasília, 06 de março de 2015.

novembro de 2014, em Recife (PE), para serem facilitadores na estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância.

Após essa capacitação, os profissionais montaram um cronograma para repassar o conhecimento a médicos e enfermeiros do DSEI, além de profissionais dos municípios de referência do distrito.

Fonte: Secretaria Especial da Saúde Indígena.

Justiça suspende 500 processos para exploração em áreas indígenas do AP
SÍTIO GLOBO.COM, 06.03.2015

*MPF alega não existirem leis que regulem a exploração e pesquisa mineral.
Réu, Departamento de Produção Mineral não deveria ter aceito processos.*



Índios devem ser consultados e compensados para permitir exploração mineral
(Foto: Assessoria/TRE)

Uma decisão da Justiça Federal, com base em uma ação do Ministério Público Federal (MPF) pediu a anulação dos processos que solicitam exploração, pesquisa e concessão de atividade mineral em áreas indígenas no Amapá. O objetivo é evitar a devastação das terras, uma vez que não existem leis aprovadas pelo Congresso Nacional que regulem essas atividades. Os cerca de 500 processos que aguardam autorização desde 1988 deverão ser indeferidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável por ceder as concessões.

De acordo com o MPF, o DNPM “não observou a inexistência de regras específicas para a mineração em áreas indígenas”, e que os processos de solicitação estavam comprometendo de 70% a 80% desses territórios em todo o Amapá, dividido em aldeias como Uaçá e Wajãpi. Em caso de descumprimento, o DNPM vai pagar multa de R\$ 50 mil por processo. Além disso, o órgão pode recorrer ainda da decisão e levar a ação para um novo julgamento.

O procurador da república, Thiago Almeida, explicou que uma possível liberação depende de

CONT.



um longo caminho envolvendo criação de regras e audiências públicas. Por lei, os indígenas têm garantidas as posses permanentes das terras onde vivem, sendo livres para aproveitar os recursos naturais existentes dentro delas.

“A constituição condiciona essa exploração a uma lei específica para tratar sobre o assunto, além de uma autorização para cada uma dessas atividades perante o Congresso. Sem contar que essas comunidades têm que ser ouvidas para saber se querem ou não essa invasão nas terras, em caso de sim, devem ser compensadas”, disse.

A reportagem do G1 tentou com a superintendência do DNPM no Amapá, mas não houve resposta das ligações telefônicas até a publicação desta reportagem.



Paraíba do Sul será bombeado para amenizar seca na Lagoa Campelo

SÍTIO GLOBO.COM, 06.03.2015

Transposição da água visa amenizar prejuízos em Campos, no RJ.

Comitê da Bacia Hidrográfica quer ainda prorrogar o período de defeso.

A implantação de bombas para transposição de águas do Rio Paraíba do Sul para a Lagoa do Campelo em Campos, no Norte Fluminense, já começou. A expectativa é de que o bombeamento comece a ser feito na próxima semana. A medida foi adotada por conta da seca da Lagoa do Campelo devido a estiagem e a ação foi decidida em reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Vale do Paraíba. A medida também visa auxiliar os pescadores artesanais e produtores rurais que têm renda voltada para atividades no local.

Os equipamentos para o bombeamento foram cedidos por proprietários rurais da área. A Lagoa do Campelo é abastecida pelo canal do Vigário, mas com o período de estiagem praticamente secou. "A iniciativa vai amenizar os problemas, como a mortandade de peixes que estamos registrando", afirmou Joana Nascimento, coordenadora do Baixo Paraíba, que integra o comitê.

Com a pesca comprometida pela seca, outra reivindicação do comitê é estender o período de defeso que terminaria em março. "Não temos o que pescar, nem onde pescar. O que resta é a Lagoa Feia, a de Cima e alguns canais, mas eles não são suficientes para atender as necessidades de todos os pescadores da região", disse o presidente da Associação de Pescadores, Rodolfo José Ribeiro.

A Lagoa do Campelo é uma das mais importantes para a pesca em Campos. Com nível o normalizado, eram retirados cerca de 100 Kg de peixes diariamente. Se aceita pelo Ministério da Pesca, a extensão do período de defeso pode durar até dois meses.



DSEI Porto Velho promove oficina de Assistência Farmacêutica

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 06.03.2015

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho promoveu, na última semana, a I Oficina de Assistência Farmacêutica para os profissionais que atuam nas áreas de atenção, gestão, logística, saneamento ambiental e edificações.

O objetivo da oficina foi realizar uma análise estratégica da gestão da assistência farmacêutica no âmbito do distrito, identificando problemas na efetivação ou na qualidade do serviço de saúde que o DSEI tem prestado à população indígena, sob a perspectiva de diferentes setores que de alguma forma estão envolvidos com este serviço.

Como resultado aguardado com a realização da oficina, o DSEI pretende montar, daqui para frente, um plano operativo, cuja finalidade é melhorar a assistência farmacêutica no âmbito do DSEI, implantando uma comissão de Assistência Terapêutica.

Canoa indígena construída em 1610 é encontrada em Minas Gerais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2015

Teste com carbono 14 indica que a canoa encontrada por pescador no Rio Grande, no Sul de Minas, é de um tronco de araucária e tem 400 anos, anterior à chegada dos bandeirantes



Gustavo Werneck – Estado de Minas

A canoa achada em outubro do ano passado no Rio Grande, na divisa de Andrelândia e Santana do Garambéu, no Sul de Minas, é a mais antiga já identificada no estado. Teste feito com carbono 14 de uma amostra da madeira, no Laboratório Beta Analytics, em Miami, na Flórida (EUA), mostra que a peça inteira data de aproximadamente 1610 – sete décadas antes da chegada dos primeiros bandeirantes à região. Outro resultado importante divulgado ontem, desta vez a partir de estudo científico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT-SP), revela que a embarcação foi escavada no tronco de uma *Araucaria angustifolia*, conhecida popularmente como pinheiro do Paraná.

Encontrada pelo pescador Pedro Fonseca e o filho, Douglas, de 9 anos, que remavam em um

CONT.



fim de semana, a canoa tem 9,10m de comprimento e 70cm de largura e está em exposição na sede do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA) do Alto Rio Grande, associação que encomendou os dois testes e completa 30 anos em favor da preservação do patrimônio cultural de Andrelândia. Nos últimos 18 anos, seis peças de tamanhos variados foram localizadas em rios. Outra "piroga", como os índios denominavam esse meio de transporte, foi encontrada em 1999 no Rio Aiuruoca, no limite entre Andrelândia e São Vicente de Minas, e recebeu a datação de 1660, também com radiocarbono.

Entusiasmado com a descoberta, o conselheiro do NPA, engenheiro Gilberto Pires de Azevedo, explica que os povos pioneiros que habitavam a região tinham um contato muito grande com a araucária. "Escavações feitas na década de 1980 por arqueólogos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no sítio da Toca do Índio, na Serra de Santo Antônio, encontraram sementes de pinhão, que, possivelmente, eram consumidas como alimento. Os vestígios mais antigos têm 3.500 anos", afirma Gilberto.

O conselheiro acrescenta que a datação confirma que a canoa tem procedência indígena, fato que já havia sido considerado pelos integrantes do NPA, "pois ela foi escavada num único tronco de madeira, não tem sinais aparentes de uso de ferramentas modernas, como serras ou formões, e traz marcas de fogo, indicando a antiga técnica dos índios". A partir do século 18, explica, a araucária sofreu processo acelerado de destruição, sobretudo para o uso da madeira em construções civis. "Hoje seu território está reduzido a uma fração mínima, o que segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), a coloca em Perigo Crítico de Extinção", lamenta o engenheiro.

Em 29 de novembro, o Estado de Minas documentou o achado arqueológico, que teve participação fundamental de Douglas. No domingo de sol forte e nível do rio baixo, devido à longa estiagem, o menino teve vontade de mergulhar, quando encostou a mão num pedaço de madeira. Comunicou então ao pai, e a dupla verificou que a embarcação estava enfiada na areia. Retirar a velha canoa não foi fácil, conforme declarou, na época, o arquiteto José Marcos Alves Salgado, também conselheiro do NPA: foram necessários quatro dias para levar a peça até uma trilha no mato e protegê-la. Na sequência, ela seguiu de caminhão até o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio, unidade pertencente ao NPA.

Os achados no Sul de Minas, onde foram localizadas três canoas do século 17, sugerem que pode haver outras supresas, acredita Gilberto, lembrando que os achados arqueológicos se concentram em cavernas, grutas e na terra: "Descobertas desse tipo são muito raras no Sudeste do país e a importância histórica é enorme. É preciso haver mais estudos nos rios da região, ainda nessa época de poucas chuvas". O conselheiro do NPA adianta que a associação vai construir instalações adequadas para proteger melhor a canoa e garantir mais conforto aos visitantes.

DESCOBERTAS

Um desenho feito pelo alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), em viagem pelo país

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 41/2015

Brasília, 06 de março de 2015.

entre 1821 e 1825, mostra 13 índios numa canoa. Ela tem 10,6m de comprimento e 70cm de largura e foi encontrada em 1999 no Rio Aiuruoca, que integra a bacia do Rio Grande, em São Vicente de Minas, no Sul do estado.

Foto: Chamada de piroga pelos índios, embarcação datada de 1610 foi achada em outubro do ano passado



Justiça suspende sentença que declarou inexistentes etnias Borari e Arapium e Terra Indígena Maró

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2015

Juiz deu efeito suspensivo à apelação do Ministério Público Federal, que pretende reverter a sentença. Efeito vale até o julgamento no TRF1

MPF PA

A Justiça Federal de Santarém suspendeu a sentença que considerou as etnias indígenas Borari e Arapium como formadas por falsos índios. Com a suspensão, voltam a vigorar os embargos ambientais contra as madeiras que invadiram a Terra Indígena Maró, onde vivem os dois povos indígenas.

O juiz Érico Freitas Pinheiro recebeu com efeito suspensivo a apelação do Ministério Público Federal (MPF), que pede a reforma total da sentença e o reconhecimento dos direitos territoriais dos índios. A suspensão fica em vigor até que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgue a apelação. Na prática, com isso fica mantida a delimitação da TI Maró e a proibição da entrada de madeiros.

A controversa sentença do juiz federal Airton Aguiar Portela, assinada em dezembro de 2014, negou o direito de autorreconhecimento dos povos indígenas, decretando que ambos, há anos em conflito com madeiros e com as terras já delimitadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), são formados por "falsos índios", ribeirinhos que teriam deixado de ser índios. Por isso, não teriam direito ao território e a delimitação teria de ser anulada.

A sentença foi publicada algumas semanas depois de uma operação de fiscalização realizada pelo MPF, Funai e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que embargou todas as permissões para exploração madeira que incidiam sobre a terra indígena. Um relatório técnico de vistoria feito pelo Ibama também comprova a presença e o interesse dos madeiros na terra indígena, oferecendo máquinas e combustível para lideranças comunitárias em troca de apoio no processo contra os indígenas. Agora, os madeiros devem se retirar novamente até que o processo encerre o trâmite no TRF1.

Processo nº 0000610-82.2010.4.01.3902

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação



MPF/AP: Justiça Federal proíbe exploração de minério em terras indígenas do Amapá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2015

Segundo a decisão, o DNPM deve anular requerimentos de pesquisa mineral, permissão e concessão de lavras para essas áreas

MPF

A pedido do Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP), a Justiça Federal determinou a anulação de requerimentos de pesquisa mineral, permissão e concessão de lavra mineral em áreas indígenas do Estado. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) também deve indeferir de imediato requerimentos que venham a ser protocolados com o mesmo objetivo. O descumprimento da sentença sujeita o DNPM ao pagamento de multa de R\$ 50 mil por processo administrativo – são mais de 500 em trâmite na autarquia.

A medida é resultado de ação ajuizada em abril de 2013. A preocupação do MPF/AP é evitar a lesão e assegurar os direitos dos povos indígenas garantidos pela Constituição Federal. Ao aceitar os argumentos do MPF/AP, a Justiça Federal declarou: “a Constituição Federal/88 garante a posse permanente aos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e o direito de usufruto exclusivo sobre os recursos naturais nelas existentes”.

Segundo a sentença proferida em dezembro de 2014, “a exploração de riquezas minerais existentes em terras indígenas somente poderá vir a ocorrer legalmente após autorização do Congresso Nacional e oitiva das comunidades afetadas”. Dessa forma, a Justiça Federal enfatiza: “Levando em conta (...) que a atividade minerária em terras indígenas depende de prévia regulamentação de nosso ordenamento jurídico, qualquer direito minerário que paire sobre estas áreas deve ser reconhecido como ilegal”.

Para o MPF/AP, o DNPM deveria ter anulado todos os processos minerários iniciados em Terras Indígenas antes de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. Na autarquia há procedimentos com mais de 20 anos sem qualquer decisão, aguardando nova lei – o que viola o ordenamento jurídico.

Interesse minerário – Segundo levantamento do Instituto Sócio Ambiental (ISA), o interesse minerário está presente em quase 80% das terras das aldeias Wajãpi, Uaçá e Paru D’Este. O estudo aponta, ainda, que a região norte possui mais de 150 áreas indígenas sob interesse minerário.

Número da ação para consulta processual: 2089-86.2013.4.01.3100



Foirn encerra curso de gestão territorial e ambiental em São Gabriel da Cachoeira (AM)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2015

Por Renato Martelli Soares – ISA

Após quatro módulos presenciais realizados no telecentro do ISA em São Gabriel da Cachoeira, noroeste amazônico, e três módulos de dispersão e pesquisa nas comunidades, alunos entregam trabalhos de conclusão e planejam a continuidade das ações.

O curso, promovido pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) com apoio do Ministério do Meio Ambiente por meio dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), encerrou-se com a realização da última etapa entre 24 e 28 de fevereiro. Foram revisitados o histórico, o conteúdo e os instrumentos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).

O projeto que deu origem ao curso foi debatido em um encontro, realizado em abril de 2014, do qual participaram lideranças indígenas, servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, do Instituto Federal do Amazonas, de assessores do ISA e do Instituto Internacional de Educação no Brasil (IEB). Nessa reunião, foram determinadas as diretrizes para o edital de convocação para o curso, que definiu o cronograma, a composição da turma e os critérios para indicação. O primeiro módulo realizou-se em maio de 2014 (saiba mais).

O decreto que criou a PNGATI é de 2012, mas Guilherme Veloso, indígena carapanã, servidor da Funai, lembrou que a gestão territorial já vinha sendo realizada muito antes. Tal gestão do território pelos indígenas é o que garante a sua conservação aliada à criação de uma ampla agrobiodiversidade. Um bom exemplo é o Sistema Agrícola do Rio Negro, reconhecido como patrimônio cultural brasileiro (Saiba mais aqui).

Como nos módulos anteriores, os participantes foram divididos em sete grupos de trabalho: um grupo da região de Maturacá, outro do Cauburis e cinco estabelecidos pela divisão das coordenadorias regionais da Foirn (Coordenadoria das Associações Indígenas Baniwa e Coripaco (CABC), Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes (Coitua), Coordenadorias das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (Caiarnx), Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN) e Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (Coidi).

Grupos levantaram questões específicas de suas regiões

Os grupos apontaram questões de interesse de cada região e relataram o que tem sido feito e

CONT.



discutido pelas comunidades e associações. Alguns temas abordados foram instrumentos de governança com o exemplo das associações indígenas e do Comitê Regional da Funai, a economia indígena, o manejo de seringa, a cadeia produtiva de piaçava, propriedade intelectual e conhecimentos indígenas, turismo, energia sustentável e plano de manejo de peixes.

Entre as atividades, foram apresentados os questionários elaborados no terceiro módulo presencial em novembro de 2014, preenchidos pelos participantes por meio de entrevistas nas suas comunidades e entornos. No geral, foram levantadas informações sobre rotinas, instrumentos de trabalho e características da caça, pesca, trabalho na roça e produção de artesanato, sobre trabalhos assalariados e benefícios sociais, meios de transporte, comunicação, religião, xamanismo, saúde, educação e energia elétrica.

Estes questionários somados a materiais elaborados durante os módulos prévios como o glossário de palavras-chave da PNGATI em línguas indígenas formaram a base para o trabalho de conclusão dos sete grupos. Os trabalhos foram entregues à Foirn que irá compilá-los em uma publicação futura sobre gestão territorial e ambiental no Rio Negro juntamente com outros materiais produzidos pelos participantes e instrutores envolvidos no curso como mapas, questionários, relatórios e planos de manejo já elaborados na região.

Boa gestão requer continuidade nas ações

No dia do encerramento, marcado por uma cerimônia de formatura e apresentação dos trabalhos de conclusão, ficou claro o desejo de todos os participantes de dar continuidade às ações que garantam a boa gestão, com autonomia e protagonismo indígena, nos territórios indígenas. A participação de diferentes instituições no curso foi mencionada como fundamental para assegurar que as discussões e ações ganhassem diferentes pontos de vista e fossem enriquecidas com depoimentos de trajetórias, conhecimentos e experiências variadas.

As lideranças indígenas que atuaram como palestrantes durante o curso e que contribuíram com explicações e recomendações sobre ações de gestão territorial já implementadas foram lembradas por todos. Estas lideranças elucidaram a história do movimento indígena no Rio Negro ao narrar suas experiências e trabalhos nas últimas décadas, principalmente de 1980 até hoje. E, incentivaram instrutores, lideranças e participantes em geral a ressaltar ações efetivas diante do cenário desfavorável aos povos indígenas que vem se desenhando desde 2013, com ataques aos direitos indígenas conquistados com a Constituição de 1988.

Na atual conjuntura política, negativa para os povos indígenas, os participantes enfatizaram a importância de promover e executar ações que valorizem a autonomia dos territórios e das populações indígenas.

Índios ianomâmis clamam por melhorias no Amazonas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2015

Localizados na região Maturacá, área conhecida como 'Cabeça do Cachorro', indígenas cobram melhorias nos setores de saúde e energia elétrica



Luana Carvalho – A Crítica

Os índios Ianomâmis da região de Maturacá, distante 150 quilômetros do município de São Gabriel da Cachoeira, clamam por melhorias nos setores de saúde e energia elétrica nas comunidades. De acordo com lideranças da etnia, faltam médicos, remédios e materiais no posto de saúde que atende os índios. A falta de energia também compromete o funcionamento das três escolas indígenas da região habitada por aproximadamente dois mil índios.

Na quarta-feira passada, o titular do Ministério da Defesa Jaques Wagner visitou o 5º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Maturacá e vivenciou as dificuldades de logística enfrentadas tanto pelo militares, quanto pelos indígenas que residem na região. No encontro, tuxauas ianomâmis entregaram uma carta ao ministro, solicitando a instalação de sistema de energia solar, que não agride o meio ambiente.

Há pelo menos dois anos que os atendimentos hospitalares e aulas nas três escolas indígenas

CONT.



são realizados apenas com a luz natural. “Antes tinha uma microusina do batalhão. Mas deu problema no equipamento e agora estamos sem energia para as escolas, posto de saúde e para guardar nossos alimentos”, relatou o tuxaua Jorge Yanomami.

Os índios vivem na área conhecida geograficamente como “Cabeça do Cachorro”, região montanhosa da fronteira com a Venezuela. Um freezer que guarda os mantimentos perecíveis é ligado em um gerador fornecido pelo batalhão. O equipamento funciona à base de gasolina, que atualmente custa R\$ 4,10 em São Gabriel da Cachoeira.

“Além de ser muito caro, ainda temos que pagar o frete de barco”, comentou o tuxaua, que fala a língua portuguesa com dificuldade. O acesso para as comunidades é via aéreo e fluvial. Além dos benefícios sociais, alguns professores indígenas são assalariados e é com este dinheiro que compram a gasolina para o abastecer o gerador.

“Todos colaboram para comprar a gasolina, mas sai muito caro, pois para manter toda a comunidade seria preciso gastar R\$ 600 em gasolina por mês. Mas não dá para comprar tudo isso”, lamentou o pajé Miguel Yanomami.

Logística demorada

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Ianomâmi, Alberto Góes, informou que o Ministério da Saúde disponibiliza medicamentos, mas a logística é feita apenas duas vezes ao mês. “O medicamento é solicitado via relatório. Muitas vezes falta, mas não é porque não tem, e sim porque é preciso esperar a logística”. O envio de materiais acontece todo dia 14 e 29 de cada mês, e é através dessa logística de voo que os médicos e dentistas atendem a comunidade.

No resto dos dias, Alberto informou que a comunidade conta com uma equipe de técnicos em enfermagem e agentes de saúde indígenas. “Falta estrutura no polo base, conforme foi relatado pelos irmãos indígenas. Mas o distrito tem se esforçado para construir um mini-hospital, que já está em fase de conclusão. Ele terá uma estrutura de acordo com a realidade indígena, porque a preocupação com a cultura é muito grande”, completou Alberto, que também é da etnia Ianomâmi.

Em casos de média ou alta complexidade, os pacientes são levados para o Hospital de São Gabriel da Cachoeira, que atende o Sistema Único de Saúde (SUS) mas é administrado e conveniado com o Exército Brasileiro. Os males mais comuns entre os indígenas são a tuberculose, desnutrição, pneumonia e outras doenças infecto parasitárias.

Casa de Saúde Indígena

A Casa de Saúde Indígena (Casai) de São Gabriel da Cachoeira, distante 852 quilômetros de

CONT.



Manaus, dá suporte aos indígenas que vão para a cidade fazer tratamento de saúde. Mesmo necessitando de reforma estrutural, o local chega a alojar até 200 pacientes.

“O paciente vem doente da comunidade e não tem onde ficar abrigado, então nós damos esse suporte. Ele é internado e depois que recebe alta, finaliza o tratamento na Casai”, explicou a assistência social Geovana dos Santos.

O coordenador de enfermagem da casa, Franciney Nascimento, informou que atualmente existem 124 índios alojados, de 24 etnias diferentes. “As principais doenças são diarreicas e parasitárias. Temos um quadro de 54 profissionais, trabalhando todos os dias, em plantões de 12 horas, sendo um médico clínico geral e uma ginecologista obstetra”, comentou.

No Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, 90% dos atendimentos são para indígenas.

Foto: Considerado o município mais indígena do Brasil, nove entre dez habitantes de São Gabriel da Cachoeira são índios (Euzivaldo Queiroz).



RR – Seletivo para professor já tem mais de 1.600 inscritos. Há 353 vagas para área indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2015

O contrato é temporário, com validade de um ano, e os professores atenderão as escolas da Capital, Interior e área indígena. Para área indígena a Seed tem 353 vagas. Para essa categoria o candidato deve apresentar a Rani (Registro Administrativo de Nascimento Indígena)

BV News

A coordenação do Processo Seletivo da Seed (Secretaria Estadual de Educação e Desporto) registrou até o momento cerca de 1.600 pessoas inscritas no certame. As inscrições encerram nesta sexta-feira (06), no auditório da Emur (Escola de Música de Roraima). Estão sendo ofertadas 1.161 vagas para escolas da Capital (educação básica e profissionalizante), interior e área indígena.

Os interessados têm das 8h às 11 horas e das 14h às 17 horas para confirmar a inscrição no processo, munidos de documentos pessoais (cópias e originais): RG, CPF, currículo vitae, título eleitoral e comprovante de quitação do serviço militar (para homens).

Ao todo, 32 atendentes estão efetuando as inscrições dos candidatos. Para área indígena a Seed tem 353 vagas. Para essa categoria o candidato deve apresentar a Rani (Registro Administrativo de Nascimento Indígena), carteira de identidade e CPF, currículo, títulos de comprovação escolar, declaração de tempo de serviço, dentre outros documentos.

Os salários variam de acordo com o grau de escolaridade do professor temporário indígena. Quem tem licenciatura plena, R\$ 2.218,09; com nível superior incompleto (cursando), R\$ 1.745,56; com magistério completo, R\$ 1.597,22; com magistério incompleto (cursando), R\$ 1.597,22; com nível médio, R\$ 1.597,22 e licenciado em língua materna, R\$ 1.597,22. Os seletivados vão lecionar nas escolas indígenas localizadas no Amajari, Baixo Contigo, Raposa, São Marcos, Serra da Lua, Surumu, Taiano, Uiramutã.

O resultado preliminar para essa categoria de professor temporário será divulgado no dia 13 de março. O prazo para interposição de recursos é de 16 a 17 de março e o resultado final no dia 19. A convocação, cadastro e lotação do aprovado no seletivo será entre os dias 23, 24 e 25 de março.

Para as escolas do interior do Estado (zona urbana e rural dos municípios) estão sendo ofertadas 444 vagas para professor temporário. O salário para quem tem licenciatura plena é de R\$ 2.218,09 e quem está cursando o quarto período, R\$ 1.745,56.

CONT.



As vagas atendem às necessidades dos municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista (zona rural), Bonfim, Cantá, Caracará, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Uiramutã.

CAPITAL

Na Capital são 306 vagas para professores temporários nas disciplinas: Biologia (14), Ciências (19), Educação Física (19), Filosofia (8), Física (20), Geografia (30), História (18), Espanhol (22), Inglês (12), Língua Portuguesa (46), Matemática (81), Química (10) e Sociologia (7). A divulgação do resultado preliminar sai no dia 13 de março.

Os recursos podem ser interpostos nos dias 16 e 17 de março. O resultado final sai no dia 19 de março e a convocação, cadastro e lotação dos aprovados, dias 23, 24 e 25 de março.

Também para a Capital e uma unidade de Mucajaí (escola estadual Padre José Monticone) que ofertam educação profissionalizante, há 68 vagas para contratação temporária de professor, com salário de R\$ 2.218,09. Para essa categoria, o resultado preliminar sai no dia 12 de março. Interposição de recursos nos dias 12 e 13. O resultado final será divulgado no dia 17 de março e a convocação, cadastro e lotação dos aprovados, dias 18 e 19 de março.

Moradores do Parque Memorial Quilombo dos Palmares-AL terão casas na região central do município de União

SÍTIO FUNDAÇÃO PALMARES, 06.03.2015



Seu Louro, morador do Parque Memorial Serra da Barriga, no Onjô de Farinha

Residentes na área correspondente ao Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, serão contemplados com residências mais próximas do centro do município de União dos Palmares. O Governo Estadual declarou, na última semana, que uma área que seria destinada à construção de matadouro público é de interesse social e atende às necessidades das quinze famílias em questão.

O Parque administrado pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC), foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1985 e recria o ambiente da República dos Palmares – o maior, mais duradouro e mais organizado quilombo já implantado nas Américas. Por se tratar de patrimônio cultural do país, além de declarada área de preservação ambiental, não pode abrigar residências.

Para os encaminhamentos decorrentes da declaração, o presidente da Fundação, Hilton Cobra, se reunirá na próxima semana com o governador de Alagoas, Renan Calheiros Filho. Nela, serão decididos os detalhes da doação do terreno e possíveis projetos para a construção das casas que atenderão às famílias.

CONT.



Competência – De acordo com Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, a destinação do terreno de 2,86 hectares à essa população por parte do Governo, marca um momento importante à vida dessas pessoas. “Fora do Parque e melhor localizadas no município, elas terão mais possibilidades de segurança, acesso à saúde e alternativas ao desenvolvimento”, explica.

Ele ressalta que desde a aquisição da área pela instituição para a construção do Parque, na década de 1980, há uma preocupação com o destino dessas famílias. “A Palmares se comprometeu de que o realocamento das pessoas só aconteceria com a segurança de que elas não corressem riscos e tivessem como garantia alternativas à melhoria de sua qualidade de vida”, diz.

Até então, as famílias que ocupam a área do Parque vivem numa região de encosta, considerada de risco pela Defesa Civil. As casas feitas de taipa condenam ainda, a saúde dos moradores, uma vez que são consideradas estruturas perfeitas à proliferação do barbeiro, inseto que transmite a doença de Chagas.

Expectativas – A notícia foi recebida na manhã desta sexta-feira (06) pelo senhor Denônio Ferreira de Moraes (Seu Louro), 57 anos, um dos moradores da área do Parque, que se comprometeu de informar às outras famílias. Segundo ele, a preocupação inicial em ter que deixar o espaço era com as condições para as quais seriam encaminhados. “Queríamos um lugar que contribuísse para o nosso desenvolvimento”, disse. Ao saber da localização da futura moradia, afirmou que a novidade deve surpreender a todos.

O coordenador dos Agentes Florestais da Serra, Diogo Palmeiras, remanescente quilombola, cuida da área há 15 anos e acompanha a rotina e as dificuldades enfrentadas por essas famílias. “Nos períodos de chuvas, todos ficam isolados. O rio enche impossibilitando o acesso à cidade. As crianças chegam a ficar dias sem frequentar a escola”, preocupa-se.

Para ambos, a mudança pode ser tratada como uma conquista pois, o acesso também será facilitado à outros dois municípios – Chã Preta e Murici – colaborando por exemplo, para a venda dos produtos decorrentes da agricultura familiar, principal fonte de renda dessa população.



Condisi Litoral Sul discute regimentos das Casais de São Paulo e Curitiba

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 06.03.2015

O Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Litoral Sul realizou, entre os dias 3 e 5 deste mês, uma reunião ordinária para tratar dos regimentos internos das Casas de Saúde Indígena (Casai) de São Paulo e Curitiba, bem como do encaminhamento à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do regimento interno do Condisi, já aprovado em discussão anterior. A reunião aconteceu em Curitiba (PR) e contou com a participação de 49 conselheiros distritais.

“Esta é uma reunião legítima, porque aqui as discussões estão representadas pelos três segmentos: gestão, trabalhadores e usuários, que se unem para discutir os problemas reais da saúde indígena e debatem propostas para a melhoria da saúde indígena no âmbito do DSEI Litoral Sul”, explica o presidente do Condisi Litoral Sul, Hyral Moreira, ao comemorar o resultado da reunião. “Atingimos todos os objetivos propostos”.

Para a coordenadora do DSEI Litoral Sul, Vilma Marli Depetris, a reunião “foi uma muito produtiva, pois abordou temas diversos e pertinentes, o que gerou bons encaminhamentos”. Ela acrescenta que o DSEI, por meio do diálogo com o Condisi, bem como com conselhos locais, tem atendido muitas demandas e reivindicações de saneamento, edificações e atenção à saúde. “Isso tem proporcionado uma clima bastante amistoso entre o DSEI e as lideranças indígenas”, disse Vilma.

DSEI Xavante realiza importantes aquisições para reestruturar serviços na ponta
SÍTIO PORTAL SAÚDE, 06.03.2015



Os esforços empreendidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Xavante para reestruturar os serviços de saúde na ponta e melhorar as condições de funcionamento de Polos Base e postos de saúde seguem registrando avanços significativos para a gestão. Para dar mais agilidade e eficiência aos serviços de edificações e saneamento ambiental em terra indígena, o distrito adquiriu, este mês, um caminhão equipado com guindaste do tipo Munck, com capacidade de até 1.400 kg. De acordo com o coordenador do DSEI Xavante, Claudio Rodrigues, a aquisição do veículo justifica-se, sobretudo, pela crescente demanda dos serviços de engenharia realizados pelo distrito.

“Este caminhão facilitará a realização de um bom trabalho nas aldeias, a exemplo do transporte de caixas d’água, bombas, materiais de construção, móveis em geral para os postos de saúde, bombas para sistemas de captação de água, entre outros. A aquisição desse caminhão é uma grande conquista para o DSEI Xavante, para que os trabalhos aconteçam com mais eficiência e agilidade”, disse Rodrigues.

Outras aquisições

O DSEI Xavante também realizou aquisições importantes, nesses últimos 30 dias, visando melhorar as condições de funcionamento dos estabelecimentos administrados pelo distrito, principalmente dos Polos Base. Entre elas: colchões, armários de aço, fogões de cozinha, refrigeradores, ventiladores, bebedouros, cadeiras longarinas, cadeiras de escritório, bem como materiais médico-hospitalares, fundamentais para qualificar o atendimento aos usuários.

Rio Madeira chega próximo dos 17m e já espanta moradores e comerciantes
SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 06.03.2015



A cheia do rio Madeira que esse ano, segundo números comparativos na mensuração do nível da cota do rio em relação ao mesmo período do ano passado, deve ser menos intensa do que em 2014 já começou a obrigar a retirada de comerciantes das Rua Euclides da Cunha e adjacentes, que integram os bairros do centro e zona portuária, como Mocambo, Cai N'água e Triângulo.

No horário de 11h15 de ontem (05) o rio Madeira estava a 16 metros e 86cm, hoje (06) no mesmo horário, 11h15, o nível registrado pelo monitoramento on line da CPRM (Serviço Geológico Brasileiro) é 16 metros e 96cm.

De acordo com os técnicos que acompanham e mensuram o nível da cota do rio Madeira, neste mês de março haverá uma subida com menos oscilação, mantendo uma linha ascendente em vista do período mais intenso de chuvas em toda a região.

Moradores ribeirinhos e outros que já estão sendo atingidos pela cheia do rio ainda aguardam a mudança que deve ser feita por esses dias sob a supervisão da Defesa Civil Municipal, que já tem um levantamento das famílias que devem ser atendidas e estão em situação de emergência.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 41/2015

Brasília, 06 de março de 2015.

Ontem a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) divulgou que já tem implantada uma Unidade de Acolhimento Institucional, um abrigo que fica localizado na BR 319, logo após a ponte do Rio Madeira e que possui a capacidade de abrigar 15 famílias em média.

Essa ação da secretaria foi feita por meio do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência.



Subsecretaria fará levantamento de comunidade quilombola em Bataguassu

SÍTIO PANTANAL NEWS, 06.03.2015

Por Leomar Alves Rosa do Notícias MS/ Redação Pantanal News

Campo Grande (MS) – A Subsecretaria de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial e Cidadania (SubPop), ligada a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast), fará o levantamento da comunidade quilombola remanescente em Bataguassu.

Para tratar desse assunto, a coordenadora de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, Marilza Barros, participou, na quarta-feira (4), de audiência com o subsecretário Carlos Versoza e a coordenadora Leci Marques.

De acordo com a coordenadora da pasta, após esse processo, a solicitação de certificação de comunidade quilombola deve ser efetuada com a Fundação Palmares.

Em dados atuais, Mato Grosso do Sul conta com 22 comunidades quilombolas reconhecidas no Estado, sendo quatro em Nioaque; três em Campo Grande; três em Corumbá e uma em Terenos, Sonora, Pedro Gomes, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Dourados, Figueirão, Maracaju, Rio Brilhante, Aquidauana e Bonito.

A equipe da SubPop prepara a elaboração de projetos para a captação de recursos com a finalidade de atender a geração de emprego e renda nessas localidades, como também a elaboração do Plano Estadual para a Promoção da Igualdade Racial.



Boletim de Notícias - Edição nº 41/2015

Brasília, 06 de março de 2015.

Vale Universidade Indígena abre inscrições para 174 vagas em MS

SÍTIO GLOBO.COM, 06.03.2015

Inscrições podem ser feitas pela internet até 19 de março.

Acadêmicos receberão auxílio financeiro de R\$ 300.

A Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho de Mato Grosso do Sul (Sedhast) abriu, nesta sexta-feira (6), inscrições para o Programa Vale Universidade Indígena (PVUI). O objetivo é atender alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Os interessados em participar da seleção devem se inscrever pelo site da secretaria até o dia 19 de março.

Segundo a Sedhast, o programa tem como objetivo dar oportunidade ao acadêmico da UEMS, proporcionar experiências profissionais por meio de atividades desenvolvidas em órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, além de Organizações Não Governamentais (ONGs). O estudante receberá auxílio financeiro de R\$ 300 mensais, mais vale-transporte.

O programa começou em 2007 e já atendeu mais de 800 acadêmicos. Em 2015, o processo seletivo oferece vagas 45% a mais do que em 2014.

Prefeitura vai reforçar e ampliar atendimento às famílias ribeirinhas do Pantanal
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 06.03.2015



Detalhes da primeira ação social do ano foram discutidos nessa quinta-feira

As comunidades localizadas em áreas de difícil acesso do Pantanal corumbaense terão atendimento diferenciado da Prefeitura a partir da próxima segunda-feira. É quando começa mais uma edição do Programa Social Povo das Águas, uma realização do Poder Público Municipal e que leva serviços médicos, odontológicos, assistenciais e educacionais para as famílias ribeirinhas da região.

A primeira localidade atendida pela equipe do Povo das Águas em 2015 é a do Baixo Pantanal, onde existem 240 famílias residindo nas margens do Rio Paraguai. Na segunda-feira os trabalhos acontecem em Porto Esperança, das 8h às 12 horas. Na terça os servidores do Município estarão em Forte Coimbra, na Escola Municipal Ludovina Portocarrero, das 7h às 11 horas. Na quarta é a vez da comunidade de Porto Morrinho ser assistida no Porto da Odila.

No dia 12, quinta-feira, a ação acontece no Porto da Manga, onde residem aproximadamente 220 pessoas. O atendimento será das 7h às 11 horas. Em seguida o barco segue até o Porto Formigueiro, onde os ribeirinhos da região da Boca do São Lourenço, do Paraguai Mirim e da Volta Grande serão atendidos no Porto Dona Fátima.

CONT.



No final da tarde dessa quinta-feira, 5, o prefeito Paulo Duarte e o secretário de Governo, Marcio Cavasana, coordenador geral do Programa Social, se reuniram com a equipe do Povo das Águas para definir os últimos detalhes da primeira ação do ano. "Todos aqui fazem seu trabalho com amor e dedicação. E isso é parte muito importante do sucesso desse projeto realizado pela Prefeitura", afirmou o prefeito.

"Temos um carinho especial por nossa população ribeirinha. São pessoas simples, humildes e que até então não tinham assistência nenhuma. Agora eles têm e contam com esse importante apoio da Prefeitura", completou Paulo Duarte, que destacou também a importância de cada um dos integrantes da equipe multifuncional do projeto.

"Quero agradecer pelo trabalho que vocês já fizeram pela nossa população ribeirinha e que vão continuar fazendo ao longo de todo este ano. Independente da função que cada um exerce, são todos muito importantes", concluiu. Já nesta primeira ação de 2015, o trabalho terá a parceria da Receita Federal.

"Vamos novamente contar com o apoio da Receita, que disponibilizou diversos materiais que serão distribuídos aos ribeirinhos. Em 2014 essa parceria não foi possível por se tratar de um ano eleitoral, mas naquela oportunidade tivemos a presença essencial da Marinha do Brasil, por meio do 6º Distrito Naval", explicou Marcio Cavasana.

"Estamos bastante empenhados para que tudo ocorra bem mais uma vez e que possamos dar atenção integral àquilo que o Programa Povo das Águas se propõem", completou o secretário municipal de Governo. Em 2015, a Prefeitura vai realizar 10 ações e atender as mais de 700 famílias cadastradas pela ação.



Governo lança projeto de apoio a quilombolas em Cachoeira

SÍTIO BAHIA ECONÔMICA, 06.03.2015

Contribuir para a estruturação e fortalecimento de práticas produtivas do cultivo de ostra, do artesanato, do azeite de dendê artesanal e do turismo étnico. Este é o objetivo do projeto 'Cidadania Quilombola', lançado na tarde desta quinta-feira (5), no Quilombo do Kaonge, em Santiago do Iguape, distrito do município de Cachoeira, no Recôncavo.

Contemplado pelo Edital de Apoio a Empreendimentos de Matriz Africana da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), o projeto vai beneficiar 116 pessoas de 14 quilombos da Bacia e Vale do Iguape. O 'Cidadania Quilombo' vai promover ações para formação e produção das famílias quilombolas para uma gestão participativa. O período previsto para execução é de dois anos, com investimento de R\$ 232 mil.

"O projeto vai incrementar e dar visibilidade no que já vem sendo realizado nas nossas comunidades. Nós somos o maior produtor de ostra do estado. São retiradas cerca de duas mil dúzias e 320 quilos de ostra por mês", explica o coordenador do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape, entidade executora do projeto, Ananias Viana. Presente no evento, o secretário do Trabalho, Álvaro Gomes, destacou a importância econômica e cultural da iniciativa. "Além da geração de trabalho e renda dessas comunidades, o projeto fortalece e dá visibilidade a empreendimentos genuinamente de matriz africana".